

ESTIMADA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

**REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2024**

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.817.702/0001-50, estabelecida na Rua Rosuli no Ferreira Guimarães, nº 839, Centro, cidade de Rio Verde/GO, vem a presença de Vossa Senhoria, em face da apresentação de Recurso Administrativo pela **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, no prazo legal, na forma do Art. 165, 4º, da Lei 14.133/2021, bem como, os dispositivos da Lei 10.520/2002, apresentar :

CONTRARRAZÕES ao Recurso, o fazendo pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para apresentação das contrarrazões é o mesmo das razões de recurso: 03 (três) dias, conforme art. 164, § 4º da Lei nº 14.133/2021. Desse modo a presente contrarrazões é plenamente tempestiva.

II. DO BREVE RELATO

Trata-se de processo licitatório realizado no dia 08/10/2024, a inabilitação da empresa **CAF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** culminou por não apresentar atestados autenticados conforme preconiza no edital, vejamos abaixo trecho retirado do edital que trás a mencionada exigência:

“3.7 – Toda documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na internet, no site oficial do órgão emissor, ou certidão virtual emitida pela Junta Comercial do inteiro teor do documento, sendo que somente serão considerados válidos aqueles que estejam em plena validade.”

Portanto, não há que prosperar um recurso que baseia-se em mero inconformismo. Visto que a licitante não seguiu as regras do instrumento convocatório.

III. DOS FUNDAMENTOS

A) DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Ilustres, a lei de licitações consagra o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório como base do processo licitatório, senão vejamos:

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DO JULGAMENTO OBJETIVO, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Dessa forma é importante notar que os princípios, não somente em Direito Administrativo, mas em todo ordenamento jurídico, são valores, diretrizes e mandamentos mais gerais que orientam a elaboração das leis, direcionando a atuação da Administração Pública e condicionam a validade de todos os atos administrativos.

De modo que desobedecer a um princípio, é muito mais grave que desobedecer a uma lei ou instituto, pois são eles que regem toda atuação jurídica, de onde norteia e originam as regras, motivo pelo qual se afastar o princípio basilar, sobraría apenas as regras esvaziadas de cunho jurídico.

Em se tratando de procedimento de licitação cumpre à Administração, assim como aos concorrentes, seguir rigorosamente os requisitos exigidos pelo Edital que é a lei do certame, sob pena de ofensa a princípios da vinculação ao edital, legalidade, impessoalidade e isonomia. Constatado que a concorrente não apresentou documento exigido pelo edital relativo à sua habilitação e comprovação de responsabilidade técnica, deve ser mantido o ato que a inabilita do certame.

Vejamos jurisprudência sobre o tema:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL

TAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo a impetrante os requisitos previamente contidos no edital de licitação para fins de habilitação, deixando de apresentar documento nele expressamente exigido no edital no momento próprio, não há que se falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Não provido. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0049.14.000695-5/001 - COMARCA DE BAEPENDI - APELANTE(S): PAULO EDILBERTO COUTINHO PARTICIPACOES LTDA - APELADO(A)(S): MUNICÍPIO DE BAEPENDI E OUTRO(A)(S), PREFEITO MUNICIPAL DE BAEPENDI - INTERESSADO: AGIT SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA A CÔR D ã O Vistos etc., acorda, em Turma, a 3ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em negar provimento. DES. JUDIMAR BIBER RELATOR. DES. JUDIMAR BIBER (RELATOR).

É sabido que a Administração Pública, na condução de um certame licitatório, não pode olvidar de forma alguma a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Neste sentido, temos que o Edital faz lei entre as partes, devendo suas disposições serem observadas integralmente em todas as fases do certame, vez que as partes incluindo a Administração se acham estritamente vinculadas a ele.

Desta forma, tais condições dispostas no instrumento convocatório não comportam subjetividade ou desobediência, ao contrário, as partes se vinculam às regras ali estabelecidas, se não as impugnaram, bem como ao declarar conhecimento e obediência ao edital, no caso dos licitantes.

Assim sendo, a recorrente não atendendo todos os itens do edital proposto, poderia ter questionado tal exigência da norma editalícia, o que não o fez em tempo próprio, motivo pelo qual aceitou a regras ali bem delineadas.

A falta de impugnação no momento oportuno presume aceitação tácita dos termos do edital, senão vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

REPRESENTAÇÃO. MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR. RDC 1/2021. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. ADOÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. COMUNICAÇÕES.

(TCU - RP: 15172022, Relator: WEDER DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 29/06/2022)

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. VENDA DE IMÓVEL. TERRACAP. EDITAL. ALEGAÇÃO DE IMPRECISÃO DAS CLÁUSULAS DO EDITAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA. PRAZO. INOBSERVÂNCIA PELO CONCORRENTE. DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME. RETENÇÃO DE CAUÇÃO. LEGALIDADE DO ATO. ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DO EDITAL. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Em se tratando de procedimento licitatório, não se pode olvidar que tanto a Administração quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, que é a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem o que o processo licitatório ficaria exposto a interpretações de toda natureza, importando em verdadeira violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, e demais princípios correlatos à licitação, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93. 2. Com base no princípio da vinculação ao edital, a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes, eis que o edital é a "lei entre as partes". 3. A falta de entrega dos documentos exigidos pelo edital de licitação ou sua apresentação extemporânea impede a continuidade de participação do licitante no procedimento licitatório, haja vista que representa descumprimento das normas e condições do edital. 4. Não há de se falar em ofensa ao princípio da legalidade quando o ato administrativo consistente na desclassificação do licitante que deixa de apresentar a documentação necessária à participação no certame, com a consequente retenção da caução prestada se dá em estrita observância aos termos previstos no edital. 5. A ausência de impugnação do edital de licitação no momento oportuno presume a aceitação do licitante quanto às normas editalícias, de maneira que, posteriormente, não pode se valer de sua omissão para discutir questão superada pela ausência de prévia impugnação. 6. Sentença mantida. Recurso não provido.

(TJ-DF 07011323520178070018 DF 0701132-35.2017.8.07.0018, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Data de Julgamento: 13/12/2017, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/01/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Desse modo, inexistente ilegalidade na inabilitação da empresa que não atendeu ao item 3.7, pois a mesma nada alegou em momento oportuno.

Nesse sentido, leciona o Ilustre doutrinador, Marçal Justem Filho, em sua festejada obra à Lei de Licitações e Contratos Administrativos¹, senão vejamos:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração Pública, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do §4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os autos administrativos praticados no curso da licitação se revolve pela INVALIDADE DESTES ÚLTIMOS. Ao descumprir normas constantes do edital a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como legalidade, moralidade e isonomia. O DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER REGRA DO EDITAL DEVERÁ SER REPRIMIDO, INCLUSIVE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Nem mesmo o vício do edital justifica a retenção de ignorar disciplina por ele veiculada.” (sem grifos e realces no original).

O TRF1 já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

*“Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, **não pode esta se furtar ao seu cumprimento**, estando legalmente vinculada à plena observância do regimento”.*

O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

*Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) **O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido**, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado a pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)*”(Justen

Filho, Marçal; COMENTÁRIOS VÓLUS VÓLUS à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, COMENTÁRIOS VÓLUS ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editais, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua decisão.

Frente a tudo o quanto acima consta, conclui-se que foi totalmente acertada a decisão desta Administração Pública, na pessoa do Ilustre Sr. Pregoeiro, o qual inabilitou a Recorrente por notável desatendimento ao edital, não cabendo em hipótese alguma as alegações da Recorrente.

Assim, a conduta do Douto Pregoeiro, além de observar todos os dispositivos previstos no instrumento convocatório, encontra-se inteiramente amparada pelo entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União a respeito do tema.

IV. DO PEDIDO

Ante as razões expostas, requer seja desprovido de qualquer acolhimento ao Recurso interposto, determinando a Ilustre autoridade seja:

- a) Negado provimento ao recurso da RECORRENTE, mantendo na íntegra o resultado apurado ao final do certame;
- b) Em consequência, seja mantida a Respeitável Decisão da Douta Comissão que declarou vencedora a empresa VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Nestes Termos,
Pede Deferimento

Rio Verde/GO, 17 de outubro de 2024.

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
RAFAEL SILVA DE ALBUQUERQUE
RG Nº 300264449335 MD/MS
CPF Nº 046.638.921.32